

AS MIGRAÇÕES LABORAIS DE MOÇAMBICANOS PARA A ÁFRICA DO SUL: SUA EVOLUÇÃO DOS PRIMÓRDIOS ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL C.1850- 1974

THE LABOR MIGRATIONS OF MOZAMBICANS TO SOUTH AFRICA: ITS EVOLUTION FROM THE BEGINNINGS TO THE PROCLAMATION OF NATIONAL INDEPENDENCE C.1850-1974

Victor Simões Henrique

RESUMO: Neste artigo o problema levantado foi compreender de que forma os trabalhadores moçambicanos buscaram as oportunidades de emprego nos principais centros econômicos da África do sul ao longo das várias fases da sua evolução econômica, desde o período da economia das plantações até a fase da economia mineira. Os resultados encontrados através da bibliografia consultada, destacam que as emigrações laborais constituíram fonte de emprego de muitos homens no sul de Moçambique, como também serviram de fonte para o fornecimento de armas de fogo o pagamento dos impostos. Recorreu-se ao método bibliográfico mediante a consulta de vasta literatura sobre as migrações no sul de Moçambique, como também do método histórico que permitiu descrever a evolução deste fenômeno, uma vez que este acompanhou o processo da introdução e desenvolvimento do capitalismo na África do Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações; Mão-de-obra; Plantações; Diamantes e ouro

ABSTRACT: In this article, the problem raised was to understand how Mozambican workers sought employment opportunities in the main economic centres of southern Africa throughout the various phases of its economic evolution, from the period of the plantation economy to the phase of the mining economy. The results found through the consulted bibliography, highlight that labour migration was a source of employment for many men in southern Mozambique, as well as a source for the supply of firearms and the payment of taxes. We used the bibliographical method by consulting the vast literature on migration in southern Mozambique, as well as the historical method which allowed us to describe the evolution of this phenomenon, since it accompanied the process of introduction and development of capitalism in South Africa.

KEYWORDS: Migrations; Labour; Plantations; Diamonds and Gold.

AS MIGRAÇÕES LABORAIS DE MOÇAMBICANOS PARA A ÁFRICA DO SUL: SUA EVOLUÇÃO DOS PRIMÓRDIOS ATÉ A PROCLAMAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL C.1850-1974

Victor Simões Henrique ¹

Introdução

Este artigo descreve um dos temas centrais da economia política de Moçambique durante o período anterior a dominação portuguesa, cujas unidades políticas pré-existentes participaram ativamente no processo do desenvolvimento da economia capitalista na África do Sul. O estudo avança até ao ano de 1975, com a proclamação da independência de Moçambique. Ao longo do artigo é apresentada uma evolução histórica do processo das migrações laborais de moçambicanos para a África do Sul em diversas fases, de acordo com a demanda da mão de obra existente em setores, tais como a agricultura em Natal, as construções de linhas férreas na região citada e no Cabo, evoluindo para a fase da demanda da mão de obra para a extração de recursos minerais, tais como diamantes em Kimberley, desde 1866, e as minas de ouro em Witwatersrand desde 1886.

Durante os vários períodos da evolução da economia capitalista da África do Sul, a necessidade de contratação da mão de obra estrangeira foi a solução encontrada pelos proprietários locais, e do lado de Moçambique este processo teve o acolhimento das entidades políticas, dos reinos pré-coloniais e mesmo das entidades portuguesas, depois da conquista política do estado de Gaza, que era a maior unidade política existente na região sul de Moçambique no período anterior a colonização portuguesa. A exportação da mão de obra para África do Sul foi uma fonte de receitas para as unidades políticas pré-coloniais, de um lado, mas, por outro lado, foi uma fonte segura de abastecimento de armas de fogo com a qual se praticava a caça ao elefante nas unidades políticas referidas. As pontas destes eram muito apreciadas no emergente comércio de marfim do século XIX. E as armas de fogo eram valorizadas por conta dos efeitos de segurança contra invasões externas. Além disso, durante o período colonial a venda da mão de obra alimentou as finanças coloniais no processo da administração territorial, por isso que foi sendo aperfeiçoada e regulamentada durante todo o período colonial.

Para o desenvolvimento deste artigo, recorreu-se ao método bibliográfico mediante a consulta de vasta literatura existente sobre a matéria, com destaque para os autores que abordam

¹ Docente de História de África na Universidade Save-Sede. Mestre em Ciências Políticas e Estudos Africanos pela Universidade Pedagógica de Maputo, e Doutorando em História Moderna e Contemporânea de África pela Universidade Pedagógica de Maputo. hvictorsimoes@yahoo.com

a migração laboral dos moçambicanos com destino para as plantações de cana-de-açúcar no Natal e nos complexos mineiros de Kimberley e Witwatersrand.

2.Contexto do surgimento e evolução das migrações laborais de moçambicanos para a África do Sul c.1850-1974.

Numerosos estudos abordam as migrações laborais para a África do Sul como um mecanismo da integração da economia rural do sul de Moçambique, por um lado, e, por outro lado, como uma forma de dependência econômica desta região em relação à África do Sul, o que mais tarde viria a consolidar a assimetria econômica entre os dois estados vizinhos. Os rendimentos obtidos pelos emigrantes da região sul de Moçambique, nomeadamente das províncias de Maputo, Gaza e Inhambane, contribuíram para a satisfação das necessidades de sobrevivência das famílias, compensando as adversidades climáticas que se traduziam em maus anos agrícolas, substituindo a economia baseada na caça e na venda de peles de animais.

A gênese da classe trabalhadora na África Austral foi fortemente influenciada pela teoria marxista da acumulação primitiva, em que há uma clara separação entre os trabalhadores e os meios de produção. Na óptica de Delins (2017, p.12), o trabalho migratório para a África do Sul foi o resultado da mistura das forças de trabalho e das economias tribais subdesenvolvidas, que conduziram os homens a emigrarem para a busca de meios alternativos de subsistência. Face ao exposto, pode-se afirmar que o trabalho migratório emergiu como um fenómeno anormal, para a norma da proletarianização ou como uma função orgânica de superexploração que caracterizou a história do desenvolvimento do capitalismo na região.

Neste contexto, alguns autores tem argumentado que, a seguir ao *Land Act*² de 1913, o sistema de trabalho migratório foi implementado pelo Estado, em aliança com o capital privado como forma para garantir o fornecimento de mão de obra barata aos setores produtivos, nomeadamente as minas de ouro, diamantes e as grandes plantações. O desenvolvimento do capitalismo sul-africano consistiu no sistema do trabalho migratório para as minas, no qual os trabalhadores do sexo masculino eram forçados a abandonar os trabalhos realizados nas *farmas*, como forma de se incorporarem às minas devido as sistemáticas destruições da base rural através da conquista, expropriação e introdução dos impostos. Deste modo, o Estado para conseguir introduzir o sistema de produção capitalista, serviu-se dos seus poderes administrativos e

² Lei aprovada em junho de 1913 na África do Sul, foi convencionado oficialmente como o primeiro estágio na separação entre africanos e não africanos. Em tese, esta lei consistiu na separação com base na cor de pele na África do Sul, proibindo os nativos de comprar ou arrendar a terra em 93% do território sul-africano, e os negros, apesar de serem a maioria, ficavam confinados a usufruir apenas de 7% da terra.

legislativo, organizando violência e cobrança de receitas visando o controle da força de trabalho que entrava no mercado por um lado e por outro concorrendo para a redução dos seus salários.

3.Migração para as plantações de cana de cana de açúcar no Natal.

Segundo Peter Delins (2017, p. 2), por volta de 1850 notou-se na região do Natal o crescimento de novos centros econômicos e maior procura de mão de obra, originados pelo aumento da produção industrial de lã e cana de açúcar, trazendo grandes transformações na economia local. Por volta de 1849 cerca de 5.000 colonos britânicos se estabeleceram no distrito de Natal, e transformaram a economia local, baseada na caça e no comércio, para um sistema de plantações de cana-de-açúcar. Isto foi acompanhado pela necessidade de fornecimento regular de mão de obra, visando garantir uma economia de exportação. Neste contexto, entre os anos 1880 assistiu-se o seguinte cenário em relação a procura de mão de obra em Natal: (i) Aumento progressivo da necessidade de mão de obra para as grandes obras, a exemplo da construção da linha férrea, bem como para o setor agrícola das plantações de cana-de-açúcar; (ii) Contratação da mão de obra indiana, que pelo fato de ser especializada revelou-se muito onerosa para os empregadores, que os impeliu a buscar novas fontes para o fornecimento da mão de obra; (iii) Os habitantes nativos, na sua maioria zulus, não se mostravam disponíveis a assinar contratos longos de trabalhos nas *farmas*, devido a má remuneração.

Os argumentos expostos acima contribuíram para que os proprietários das plantações buscassem fontes de mão de obra em outros locais, sendo que a região norte de Natal, ou seja, *Delagoa Bay* e seus arredores (incluindo o território do estado de Gaza), foram vistos como melhores fontes seguras para o abastecimento. Assim, os trabalhadores da região de *Delagoa Bay* e seus arredores viam a emigração para as plantações de Natal não só como uma oportunidade de emprego, e conseqüentemente para garantir o pagamento dos impostos cobrados pelos Estados de onde eram oriundos, a exemplo de Tembe, Mavota e o poderoso estado de Gaza. Mas, para esta última unidade política, o envio de trabalhadores para as plantações de Natal era uma garantia de fornecimento de armas de fogo, que eram trazidas nas bagagens dos emigrantes, e posteriormente usadas pelas entidades locais para efeitos de caça. Isto os permitia participar no lucrativo comércio de marfim, que de acordo com Harries (1995), numerosos vendedores de armas escalavam a região de *Delagoa Bay*, com milhares de armas e munições importadas para Lourenço Marques. Foi neste contexto que Reben Benningfield, o diretor do caminho de Ferro de Natal, introduziu em agosto de 1888 cerca de 500 trabalhadores oriundos de Inhambane, e assim concordou em estabelecer emigração marítima, e no mesmo ano foram

indicados José de Sousa Teixeira, como agente do governo do Natal para recrutar em Inhambane, e Paulino Fornazini, para recrutar em Lourenço Marques.

Ao longo do período em estudo, destaca-se o aumento da pressão por mão de obra, verificada no Natal depois dos anos 1870. Isto foi decorrente da construção da linha férrea, e que entrava em choque com os interesses dos fazendeiros, posto que estes persuadiam as autoridades governamentais a incentivarem a busca da mão de obra para o território da colônia do Natal. A preferência pelos trabalhadores oriundos de Moçambique justificava-se pelas seguintes razões: os trabalhadores indianos, geralmente especializados, revelavam-se muito caros, os trabalhadores locais, zulus, não se mostravam desejosos em abandonar os seus meios de produção local e abraçar contratos muito longos se a preços pouco remunerados.

4 Migração para o Cabo.

A região do Cabo ganhou importância a partir de 1870, depois da descoberta de diamantes, trazendo consigo uma grande demanda de mão de obra, principalmente na construção da linha férrea, na qual os ordenados eram relativamente altos quando comparados aos que eram pagos nas plantações de cana-de-açúcar em Natal. Com isto, a consequência foi a fuga dos trabalhadores das *farmas* em busca de melhores oportunidades no Cabo, fato que obrigou a uma maior procura de mão de obra. De abril a dezembro de 1877, cerca de 392 trabalhadores deixaram Lourenço Marques para trabalhar na construção de linhas férreas no Cabo, ganhando cerca de vinte e cinco *shellings* por mês. Destes, três *shellings* eram para a viagem de regresso e dois eram investidos para casos de doenças, o que eram designados como *sick fund* (HARRIES, 1994). Os trabalhadores de Lourenço Marques eram preferidos pelos contratantes, por aceitarem contratos longos de cerca de 2 anos, e os seus salários eram comparativamente mais baixos, quando comparados com os sul-africanos locais que recebiam 2 *shellings* por dia.

5 Migração para Kimberley

Com a descoberta dos diamantes em Kimberley, no ano de 1866, o eixo migratório mudou de sentido, cujo destino era Natal e Cabo, passando a estar orientado para o novo centro de busca de oportunidades laborais em Kimberley, mediante o abandono dos trabalhadores das plantações e da construção das linhas férreas em busca de melhores remunerações. Entre os meses de fevereiro e março de 1876, há relatos de numerosos *amatongas*³ que atravessaram o

³ Nome genérico designado para a população do sul de Moçambique, pertencente ao grupo populacional Tsonga, de que fazem parte os falantes de xi-dindindi, xi-Changana, xi-ronga e xitsua/matsua (HENRIQUE, 2021).

distrito de Tugela em Kwazulu Natal, a caminho dos campos de diamantes em Kimberley. Eles entravam por via da Zululândia, tinham uma pequena estadia em Durban ou nas proximidades, exercendo pequenas atividades remuneradas que os permitissem comprar vestuário e alimentos para assegurar a viagem até Kimberley. De regresso, traziam armas para alimentar a atividade de caça nas regiões de origem e para ser utilizadas pelos soberanos nas suas lutas para a consolidação do poder nos seus territórios.

Na região de Kimberley os trabalhadores viviam em *Coumpounds*⁴ e *hostels*, que foram introduzidos, segundo Harries (1994), como resposta para a necessidade de disciplinar a mão de obra, reduzindo os seus níveis de deserções. Isto foi um mecanismo de pressão dos trabalhadores para a renovação dos seus contratos, como também para assegurar a redução dos custos do seu transporte até as suas residências particulares, além de garantir a provisão de mão de obra disciplinada. Além disso, também como forma de ter o controle do negócio ilícito de diamantes. Não menos importante foi a necessidade de isolar os trabalhadores das influências externas durante a duração dos seus contratos, de maneira a controlar os casos da violência interracial. Por seu turno, Julian Cook (2007, p. 64), caracterizou o sistema de *coumpounds* como a maior destruição da engenharia social na história da região, utilizados pelos regimes colonial e do *apartheid*. Embora reconheça a sua introdução como mecanismo de controle de situações de roubo e venda ilícita de diamantes, a fraca habilidade de controle da mão de obra na emergente cidade de Kimberley, assim como as precárias condições de saúde dos trabalhadores.

6 Migração para Witwatersrand

A descoberta das minas de ouro em 1886 abriu uma nova página na questão da emigração de moçambicanos para a África do Sul. Isto consistiu em abandono das idas a Kimberley, ou seja, reduziu o número de trabalhadores que procuraram o emprego nesta cidade, preferindo buscar trabalho em Witwatersrand. Paralelamente a este processo, os fazendeiros começaram a ressentir a falta de trabalhadores, uma vez que estes se sentiam mais atraídos pelos salários das minas em relação ao que lhes era pago nas plantações. A demanda por empregos nas minas de Witwatersrand atraiu muitos trabalhadores e recrutadores a se engajaram na atividade, e no ano de 1888 um experiente agente recrutador, J.W. Colombrader, emitiu cerca de 3.500 passes de emprego para a introdução de trabalhadores *amatongas* no sistema mineiro. Outros emigravam por estágios, começando por trabalhar na linha férrea de Ressano-Garcia, ganhando cerca de 12 *shellings* por semana, antes de avançarem para Witwatersrand onde ganhavam algo em torno de 18 *shellings* pelo mesmo tempo trabalhado. Harries (1995, p. 101), sobre esta questão, afirmou

que por volta de 1890, cerca de 58% dos africanos que trabalhavam nas minas eram *amatongas* de origem moçambicana.

Registraram-se no mesmo período cenas de captura pelos fazendeiros dos trabalhadores que iam as minas, devido aos altos índices de abandono a que estavam sujeitos, notadamente pelo fato das remunerações por elas fornecidas serem modestas quando comparadas com o que se ganhava nas minas. No mesmo período, há registros sobre informações de agentes da polícia que capturavam compulsivamente vários trabalhadores para se engajarem na construção da linha férrea de Ressano Garcia.⁵ Face às atrocidades referidas no parágrafo anterior, Harries (1994, p. 89) elucida que os emigrantes ao regressarem aos seus locais de proveniência, persuadiam os seus parentes a não optarem pela procura de emprego nas minas do Transvaal, o que constituía uma vantagem para os donos das plantações.

Contudo, a contratação de trabalhadores moçambicanos continuou a ser a melhor opção para solucionar os problemas de provisão da mão de obra nas minas de Witwatersrand, cujos contratos eram longos e com salários baixos, que variavam entre os 20 a 25 *shellings* por mês. A luta pela conquista do estado de Gaza pelos portugueses, entre os anos 1884/5, agravou a falta de mão de obra nas minas de Witwatersrand, e em 1895, muitos trabalhadores moçambicanos regressaram aos seus locais de origem, viajando a pé, em grupos de três até cerca de duzentos elementos, com objetivo de lutar em defesa das suas famílias. No auge do referido êxodo, há registros de cerca de 150 elementos que diariamente abandonavam os postos de trabalho. No mesmo contexto, em setembro de 1885, Ngungunhane, o soberano de Gaza, proibiu a emigração dos homens do seu império por imperativos de segurança, ou seja, deviam permanecer nas fronteiras do império e lutar contra a invasão dos portugueses, fato que é consubstanciado pelo relatório da *Native Labour Department* do Transvaal, declarando que a fronteira oriental do Transvaal, estava guarnecida por um corpo de tropas de Ngungunhane para impedir a entrada de mais nativos para as minas.

O período estudado apresenta características políticas, econômicas, culturais e sociais distintas, que merecem atenção para uma melhor compreensão das migrações laborais de moçambicanos para a África do Sul. Assim, do ponto de vista político, as migrações foram vistas pelas autoridades políticas do estado de Gaza como uma forma segura de provisão de armas de fogo e de munições. Estas serviam para o expansionismo territorial por um lado e para a defesa da integridade territorial, constantemente ameaçada pelas tropas portuguesas que se encontravam

⁴ Galpões que serviam para o alojamento dos trabalhadores das minas, conforme Zamparoni (2012).

⁵ Esta linha férrea estabelece a ligação entre o porto de Maputo, em Moçambique, e a região mineira de Transvaal, na África do Sul, com uma extensão de cerca de 567 km. A sua construção iniciou em 02 de Junho de 1887, e a conclusão foi em 20 de outubro de 1894, tendo sido aberta ao tráfego no dia 02 de novembro de 1894, num ato presidido por Paul Krugger, presidente do Transvaal, e António Enes, alto comissário português em Moçambique.

nos territórios africanos no período das campanhas de pacificação, incluindo o Estado de Gaza do imperador Ngungunhane. Para a economia local, a emigração garantiu a provisão de recursos necessários ao pagamento da tributação que existia nas unidades políticas pré-coloniais, a exemplo dos régulos de Fumo, Tembe, Mavota e o estado de Gaza, que estimulavam a emigração dos seus elementos visando conseguir contratos que os permitissem pagar os impostos e asseguram as vitalidades econômicas de cada uma das unidades políticas referenciadas. Destaca-se ainda a garantia da introdução de armas de fogo, como forma de garantir a caça aos elefantes, cujas pontas de marfim e as peles de outros animais abatidos durante as caçadas, alimentavam o comércio das classes políticas dominantes em cada unidade política de onde eram oriundos os trabalhadores emigrantes.

Outro aspecto a destacar é o fato de a migração laboral ter criado os alicerces para o processo de integração das economias de Moçambique e África do Sul, numa base de subordinação da mão de obra daquela, em busca de melhores oportunidades financeiras neste. Isto desde o período da economia da caça e das plantações, até o contexto da economia mineira. Do ponto de vista social e cultural, a emigração laboral constituiu um ritual de passagem muito importante, no qual os homens eram os únicos elementos das sociedades que emigravam, e conseqüentemente garantiam a provisão de recursos financeiros nas famílias rurais, consolidando assim as relações de patriarcado.

Durante as suas viagens laborais, traziam instrumentos de ferro, a exemplo das enxadas, que eram utilizados para o pagamento do *lobolo*, espécie de cerimônia muito importante na consolidação das relações conjugais na região sul do de Moçambique. Depois do uso das enxadas para o seu pagamento, a constante migração laboral acabou por monetarizar esta atividade, o que trouxe grande prestígio aos emigrantes, pois facilmente conseguiam ter recursos monetários para a sua satisfação. Com a conquista do sul de Moçambique em 1895, os portugueses vão dar um novo rumo à emigração laboral, passando esta a constituir o principal eixo da economia política colonial na região sul de Moçambique, mediante a assinatura de vários acordos de fornecimento de mão de obra com as autoridades da África do Sul. Os acordos assinados entre as autoridades portuguesas de Moçambique e da África do Sul, em diferentes momentos, nos governos coloniais, viabilizaram o recrutamento da mão de obra.

7. Alguns Acordos assinados no período em estudo

7.1 Regulamento de 1897

O governo português contactou a *Chamber of Mines*, no sentido de estabelecerem um acordo de fornecimento da mão de obra que resultou no estabelecimento de um sistema de

recrutamento da força do trabalho em Moçambique. No mesmo ano foi criada a *RandNative Labour Association* (RNLA), para garantir o processo de recrutamento da mão-de-obra. O regulamento, segundo Covane (1989), instituiu emolumentos que deviam ser pagos pelos contratos, passes, vistos, averbamentos, dentre outros, cuja fiscalização esteve confiada a um curador reconhecido pelo governo de *Transvaal*. O regulamento criou ainda mecanismos que garantiam a segurança dos trabalhadores e empresas no *Transvaal*. O regulamento durou até a eclosão da Guerra *Anglo-Boer* (1899-1902), mais precisamente em 1901, segundo a portaria de 09 de maio que foi emitido pelo Governador-Geral.⁶

As autoridades britânicas estavam pressionadas pela necessidade de mão de obra, principalmente depois dos acontecimentos de 1899/1902, altura em que havia cerca de 80.000 trabalhadores do sul de Moçambique no *Transvaal*. Com o seu repatriamento, implicou o quase fechamento de indústria mineira Sul-Africano. Neste contexto, foi negociado com o governo português a revalidação do regulamento de 1897, dando origem ao *Modus vivendi* de 1901.

7.2 O *Modus Vivendi* de 1901

Foi assinado em dezembro de 1901 e teve a designação de *Modus vivendi* pelo fato de não ser um tratado final. A implementação dos seus termos devia ser apenas temporária. O *modus vivendi* de 1901 incluía um acordo secreto entre a *Wenela* e as autoridades coloniais em Moçambique, que era negociado com o conhecimento e consentimento do governo de *Transvaal*. O acordo secreto atribuía o monopólio de recrutamento a *Wenela*, e o governo de *Transvaal* podia vetar as inscrições de agentes recrutadores que procuravam autorização para atuar no território moçambicano. O monopólio da *Wenela* prosseguiu até 1965, ano em que apareceram três novas agências privadas de recrutamento já descritas anteriormente. Para Newitt (1995), entre os termos do *modus vivendi* de 1901 podem ser destacados os seguintes acordos: a) Estabelecimento do período de contratos para um ano, sem limites de recontratar (art. 9) – seis meses de repouso entre contratos; b) Definição do emolumento único de 6 *shelings* por cada recrutado (art. 6º), que devia servir para as despesas de fiscalização, passaportes, contratos, registos, etc.⁷

Contudo, o *modus vivendi* teve pouca duração, pois não envolvia as outras colônias britânicas e foi assinado apenas pelo alto-comissário e o Governador do *Transvaal*, tendo

⁶ Conflito surgido no âmbito do expansionismo britânico da região da África do Sul, ocupada deste 1652 pelos holandeses. Estes continuaram a implementar o modo de produção servil e uma agricultura atrasada, o que contrastava com o modo de produção industrial introduzido pelos ingleses, que já tinham descoberto os jazigos de diamantes e de ouro, e que por outro lado eram conhecedores de técnicas industriais na exploração econômica.

⁷ COVANE, 1989.

rejeitado os planos de Portugal de venda de vinho aos trabalhadores mineiros. A Concessão do monopólio, por acordo celebrado à mesma altura que o *Modus Vivendi* do monopólio de recrutamento no sul de Moçambique à *Witwatersrand Native Labour Association* (WNLA), devia ser recrutada por um preço fixo e de acordo com um contrato padrão. Este processo teve como corolário o aumento de número de trabalhadores moçambicanos recrutados, que chegaram a 154.047 entre os anos 1903-1906 (NEWIT, 1995). Em 1906, uma emenda ao *Modus Vivendi* foi remetida ao governo português por *Lord Selborne*, que passou a ser conhecido como o *Modus Vivendi* de 1906, e que revogaria o de 1901. No novo acordo, o governo português condicionou sua assinatura à aceitação do pagamento diferido dos salários dos mineiros em Moçambique, algo que não foi aceite pelas autoridades britânicas e que teve como corolário a não assinatura do acordo.

Com o pagamento diferido proposto pelas autoridades portuguesas, pretendia-se estimular o comércio do vinho na colônia com o dinheiro proveniente das minas, e perante a recusa britânica, as autoridades portuguesas optaram pelo endurecimento de medidas aduaneiras, visando desencorajar os mineiros a efetuarem as compras na África do Sul. Uma consequência disto foi a criação, em 1907, do porto aduaneiro de Ressano Garcia, que garantiu a cobrança das bagagens trazidas da África do Sul, garantindo assim a coleta de receitas, sobretudo dos trabalhadores que eram anteriormente repatriados sem qualquer fiscalização da sua bagagem. Esta medida teve como consequência a redução de compras efetuadas na África do sul e o incremento das compras na colônia.

7.3 Convenção de 1909

Segundo Covane (1989, p. 57), “...a convenção de 1909 surge no contexto da criação da União Sul Africana, onde a Inglaterra estava interessada em garantir as bases sólidas para o desenvolvimento econômico do *Transvaal*, e concretizar a proposta da unificação e independência das quatro colônias, empenhe-se na substituição do *Modus Vivendi* pela convenção.” Este novo acordo, segundo Covane (1989), compreendia três principais áreas, nomeadamente: mão-de-obra, porto (e caminhos-de-ferro) e intercâmbio comercial. A convenção continuou longe das expectativas do governo português, pois voltou a não acomodar o pretendido sistema de pagamento diferido, sendo que como alternativa de solução, o governo de *Transvaal* dispôs-se a compensar os prejuízos causados pela não aprovação do pagamento diferido, mediante o ressarcimento de *7 shilings e 6 pence* por cada mineiro regressado. Além disso, entrada livre de direitos até 30kg de bagagem que os mineiros traziam no posto aduaneiro de Ressano Garcia (COVANE, 1989).

Face a recusa do pagamento diferido pela parte sul-africana, o governo português envolveu-se em negociações com a agência recrutadora de mão de obra, a WNLA, nas quais foi estabelecido um acordo que em compensação ao pagamento diferido, esta empresa teria o monopólio do recrutamento da mão de obra e de alargamento dos períodos de contratos por mais de 6 meses em relação aos 12 meses estabelecidos pela convenção (COVANE, 1989). Contudo, o acordo entre ambos devia ser aprovado pelas autoridades da união, que foi rejeitado pelo parlamento, pois viam nele um prejuízo ao comércio do *Transvaal*. Outrossim, a convenção não satisfaz as pretensões dos portugueses, que queriam a assinatura de contratos a curto prazo, o que implicaria uma maior substituição da mão de obra e mais impostos *per capita*, assim como o estabelecimento de medidas mais rigorosas contra os emigrantes clandestinos que entravam na África do Sul à revelia da WNLA. Além disso, queixavam-se ainda do grande êxodo dos trabalhadores para as minas e acreditavam que esta mão de obra seria usada nos imperativos econômicos no interior da colônia.

No ano de 1913, visando evitar contradições de interesse entre as companhias que operavam na região centro do País, e a WNLA, no atinente ao recrutamento da mão de obra, foi estabelecida a cláusula designada paralelo 22° Sul, na qual era proibida o recrutamento de trabalhadores a Norte por causa de razões saúde, pois acreditava-se que eles eram propensos a contramão de varíola e da pneumonia. Esta cláusula, do ponto de vista operacional, economizou os custos de recrutamento para a WNLA, pois os trabalhadores das zonas de proibição passaram a deslocar-se para o sul a procura de postos próximos da Wenela para o seu recrutamento. Por outro lado, segundo Covane (1989), a cláusula visava satisfazer as necessidades de mão de obra para as plantações do Centro e Norte da colônia, que eram dominados por companhias financiadas por capitais estrangeiros, principalmente britânicos, assim como dos complexos mineiros e agrícolas da Rodésia do Sul, que por acordo assinado em 1913, com o governo da colônia, garantiam o fornecimento da mão de obra para a recrutadora *Rhodesian Labour Board*.

Em 1921 foi nomeado Brito Camacho para o cargo de Alto-comissário da colônia de Moçambique, que prontamente iniciou os contatos para a denúncia da Convenção, pois se mostrava desajustada às circunstâncias da época, principalmente pela não observância das suas cláusulas por parte da África do Sul. Isto, sobretudo, no que diz respeito ao tráfego ferro-portuário, assim como o fato de se reclamarem os privilégios pela colocação da mão de obra na união e a localização geoestratégica da colônia. Contudo, o principal fundamento para a solicitação da denúncia da convenção devia-se ao fato de ela ter sido assinada entre as autoridades coloniais portuguesas e a colônia do *Transvaal* em 1909, e não com a união que foi criada em 1910, englobando quatro colônias britânicas, nomeadamente (Transvaal, Cabo, Natal e

Orange Free State).⁸ Foi neste contexto que o governo da união cedeu e denunciou a convenção em março de 1923.

Com a denúncia da convenção, seguiram-se momentos tensos entre Brito Camacho e Jean Smuts (líder do Partido Sul Africano) no poder à altura da crise e primeiro ministro do governo da união. Nesse clima tenso, Portugal tentou buscar empréstimos europeus para implementar alguns projetos de desenvolvimento agrário, e conseqüentemente garantir postos de trabalho para mão de obra local. O projeto não teve sucesso pela interferência negativa do então primeiro-ministro da união Sul-Africana, tal como confirma Covane (1989, p. 63). Segundo Covane (1989) e Newitt (1995), em 1912 circulavam rumores de que John Peter Hornung, grande amigo de Brito Camacho, estava a negociar um empréstimo de cinco milhões de libras em Londres para o desenvolvimento de Moçambique, e *Smuts* telegrafou para *Sir Edgar Walton*, representante Sul africano em Londres, dizendo que o pedido de empréstimo de Hornung era para o desenvolvimento de Moçambique, com fins de torná-lo independente da União. Isto devia ser prevenido, os portugueses não deviam escapar ao governo da união com ajuda do dinheiro britânico, e Moçambique devia ir a União sul-africana para obter dinheiro. A explicação deste elemento elucida melhor a forte dependência a que o colonialismo português esteve sujeito, no âmbito da sua dominação em alguns territórios africanos. Aqui torna-se claro o caráter de dominação que as relações entre a união e a colônia portuguesa estavam sujeitos, e com *Jean Smuts* antigo primeiro-ministro da união a mostrar um envolvimento estratégico.

Neste período há muitas negociações em torno da tensão existente, desde a denúncia da convenção em 1922. Cada uma das partes buscava vantagens em função do potencial de mais-valias que tinha para a mesa das negociações. Sendo assim, Portugal apresentava o potencial em mão de obra como mecanismo de pressão, e o porto e linha férrea, que eram infraestruturas muito importantes para os interesses da união. Como resposta aos elementos apresentados como pontos fortes pelas autoridades portuguesas, e com um profundo conhecimento da debilidade econômica da colônia, principalmente na incapacidade de absorver a mão de obra local, *Smuts* argumentava que podia internalizar o recrutamento de trabalhadores, e que a mão de obra moçambicana, devido a já mencionada incapacidade de Portugal em absorver a sua força de trabalho, iria emigrar clandestinamente à procura de emprego, e conseqüentemente sem muitos custos de operações. E relativamente ao uso do porto e da linha férrea, foi apresentado um projeto praticamente não realizável a data dos acontecimentos, que era construir um porto na região de *Richards Bay*.

⁸ No ano de 1910, as antigas colônias britânicas na África do sul, nomeadamente Cabo, Natal e as repúblicas *boers* do Transval e *Orange FreeState*, foram unificadas dando origem a união sul africana, que vigorou até 1968.

7.4 Acordo de 1923

Com a denúncia da convenção de 1909, no ano de 1923, como foi anteriormente referido, deviam ser buscadas alternativas para a continuação das relações entre o governo colonial e a união, pois havia a necessidade de continuação da exploração das minas e a questão do uso da mão de obra moçambicana. Isto foi, em ocasiões anteriores, de instrumento de pressão por parte das autoridades portuguesas. Foi nesse âmbito que surgiu o acordo de 1923, depois de muita pressão do capital mineiro que era o potencial afetado pela questão da mão de obra e o principal interessado na solução da questão. Smuts viu-se obrigado a aceitar um novo acordo com base na convenção de 1909, que foi, segundo Covane (1989), a adoção sem as partes II e III (assuntos relativos aos caminhos de ferro e porto, e relações comerciais e alfândegas respectivamente).

Conforme anexo da convenção, ainda no clima negocial foram realizadas eleições legislativas na união, dando vitória ao partido nacionalista sul africano. Quem assumiu o poder foi o General Hertzog, que apresentou atitudes mais conciliadoras em relação as matérias discutidas, tendo sido muito favorável ao governo colonial português em Moçambique. Em 1925, Victor Hugo de Azevedo Coutinho, alto-comissário português na colônia, nomeou uma comissão encarregada de estudar as bases para uma nova convenção. De salientar que a comissão nada fez devido ao clima desfavorável criado pela seguinte conjuntura da greve ferroviária de Lourenço Marques e todos seus impactos, assim como o golpe de estado em Portugal, em 1926, que marcou o fim da administração republicana e a inauguração do Estado Novo. Isto significou alterações profundas na política doméstica e externa, principalmente nas relações coloniais.

7.5 Convenção de 1928

Depois do golpe de estado de 1926, foi nomeado um novo ministro das colônias, João Belo, que apresentava interesses econômicos mais audaciosos, visando por um lado promover o desenvolvimento econômico da região sul da colônia e por outro reduzir a crescente dependência em relação ao governo da União. Neste contexto, de acordo com Covane (1989), Belo apareceu como um crítico ao estatuto de colocação de milhares de moçambicanos na condição de mercadorias exportáveis para os destinos da economia mineira sul-africana. Seus movimentos foram no sentido de alterar o *Status Quo* vigente, elaborando o decreto de 21 de maio de 1927 que determinava o seguinte: (i) Repouso obrigatório dos mineiros por um período de 12 meses após o cumprimento de um contrato; (ii) Proibir novos contratos no período estipulado, sendo que os ausentes por mais de 13 meses seriam considerados emigrantes clandestinos; (iii) Foi

(COVANE, 1989).

estipulado ainda que 50% das receitas da emigração seriam para os serviços do estado, sendo que a outra parte serviria para a assistência aos indígenas e a colonização do vale do Limpopo.

Importa destacar que o desenvolvimento do vale do Limpopo era a alternativa por ele apresentada, quando reclamava o fato de uso da força de trabalho localmente disponível que era enviado para o trabalho mineiro. Este decreto, que do ponto de vista de política externa era uma afronta aos interesses do capital mineiro sul-africano, não foi implementado devido as razões seguintes:

O capital mineiro sul-africano e britânico, receando de uma relativa autonomia portuguesa devido ao desenvolvimento agro-industrial do vale do Limpopo, com recurso a força do trabalho que emigrava para as minas, colocaria em causa o desenvolvimento a industria mineira Sul-Africana, o que havia de diminuir a produção e faria a depreciação dos investimentos capitalistas ingleses e sul Africanos, pelo que o capital mineiro bloqueou as possibilidades de obtenção dos referidos financiamentos tal como apresenta anteriormente, a quando da nomeação de Brito Camacho (COVANE, 1989, p.68).

Com a morte do João Belo em janeiro de 1928, deixa todo o projeto à deriva e os seus sucessores não se mostravam com a mesma energia e visão estratégica de promover o desenvolvimento da economia colonial em Moçambique, sendo que apenas se preocupavam em harmonizar os interesses das duas burguesias (sul-africana e portuguesa).

7.5 - Introdução do pagamento diferido

Depois da harmonização de várias posições, com a ascensão do novo regime em Portugal, foi assinada a convenção de Portugal em 1928, que garantia o fornecimento da mão de obra e o uso da linha férrea, bem como do porto de Maputo na importação de bens como; maquinaria, materiais de construção e exportação de carvão. A nova convenção introduziu o pagamento diferido, há muito solicitado pelas autoridades portuguesas, que até a data era feito à base voluntária. De salientar que este ato do pagamento diferido foi feito contra a vontade da burguesia mineira sul-africana, que se viu a perder muita receita que os mineiros ganhavam na união sul-africana, devido a esta aparente obrigação de limitar o seu consumo que muita das vezes era supérfluo, mas beneficiando sempre a economia da União Sul Africana.

Outra grande medida introduzida sobre a mão de obra, de acordo com Covane (1989), foi o estabelecimento de um número total de 100.000 trabalhadores a serem recrutados com uma taxa de redução de 5.000 por ano, até atingir o mínimo de 80.000 em 1933. Durante os primeiros anos da sua vigência ocorreu a crise econômica mundial de 1929/30, que obrigou as alterações profundas no modo de produção capitalista. Muitos setores foram afetados, e a mineração não foi

exceção, obrigando o governo da União a tomar medidas protecionistas, reduzindo a contratação da mão de obra moçambicana e apostando na mão de obra nativa. Esta medida da União foi bem-vinda para a WENELA, pois reduziu os custos operacionais, tais como salários dos agentes recrutadores, transporte, alimentação (COVANE, 1989).

O pagamento diferido introduzido em 1928, foi a principal característica ou elemento que era incorporado nos novos contractos dos mineiros, cuja proporção variava, mas no fim do período colonial situava-se em 60% do salário após os 6 primeiros meses do contrato (NEWITT, 1995, p. 429).

Destaca-se ainda o fato de o pagamento diferido não ter tido um acolhimento unânime pelos mineiros, levando muitos destes a furtarem-se dele. Parte destes faziam opção pela emigração clandestina, que dava maior liberdade aos mineiros em escolher onde e por quanto tempo podiam trabalhar. Em 1934 houve uma revisão da convenção, onde foi estabelecido um mínimo de 65000 trabalhadores a serem recrutados, devido principalmente ao relançamento da indústria mineira depois da recessão dos anos 1930 (NEWITT, 1995, p. 432). Esta medida, segundo Covane (1989), era consequência do avanço da economia, particularmente nas minas do *Transvaal* e a necessidade da WENELA em assegurar o fornecimento de trabalhadores com contratos de longa duração a baixos salários (NEWITT, 1995).

Por volta de 1952, registra-se uma cada vez maior necessidade em mão de obra nas minas, fruto do maior crescimento do setor mineiro que era verificado desde a II Guerra Mundial, o que incrementou os níveis de emigração clandestina, chegando a atingir cerca de 100.000. Este fato era condicionado, grosso modo, para além das razões já referidas, pela notória incapacidade de uma fiscalização eficiente na linha de fronteira entre os dois países, bem como pela inexistência de plenas condições do estado português em absorver a mão de obra, principalmente no sul do Save (COVANE, 1989). Face à situação prevalecente, de um cada vez maior aumento de emigrantes clandestinos, a WENELA procurou ganhar vantagens face a concorrência dos recrutadores para as explorações agrícolas e minas não integrantes da câmara das minas, avançando junto ao governo colonial com uma proposta de acordo sobre o recrutamento, fato que foi muito impulsionado pelo rápido desenvolvimento da indústria mineira em *Free State*. Isto tornou possível a assinatura de um acordo em 1952, que regulava a empregabilidade dos moçambicanos nas minas do *Orange Free State*.

Este entendimento permitiu o aumento das taxas a serem cobradas pelo estado português na emissão de documentos, assim como na cobrança de taxas domiciliares aos trabalhadores regressados. O pagamento diferido passou a ser feito em ouro. Este aumento crescente na necessidade da mão de obra, obrigou ao aumento dos postos de recrutamento na colônia, colocando em causa a cláusula do paralelo 22º, assim como a ignorância do limite de 100.000

trabalhadores previstos no ano de 1940. Isto deu origem ao aparecimento da cena migratória dos camisolas amarelas (COVANE, 1989). A Camisola Amarela foi o nome da operação de recrutamento massivo de trabalhadores, instituído pela *WENELA* em Moçambique, que consistiu na atribuição de prêmios monetários aos centros de recrutamento que conseguiram recrutar o maior número possível de trabalhadores no âmbito de cada vez maior procura de mão de obra pelo setor mineiro durante a década de 1950, sendo que o prêmio chegou a atingir as 50 libras (COVANE,1989).

7.6 O Acordo de 1964

Este acordo foi assinado num contexto de profundas transformações políticas na região da África Austral, que foi marcado por: a) Proclamação da República na África do Sul, principal destino da mão de obra migrante de Moçambique e de outros países vizinhos; b) Aumento da consciência nacionalista e da contestação do regime colonial português em Moçambique, que era o principal intermediário e beneficiário da emigração de moçambicanos para África do Sul. Isto teve como corolário o início das lutas armadas de libertação nacional em Angola, no ano de 1961, e 1964 em Moçambique; c) Dissolução da Federação das duas Rodésias com a Nyassalândia em 1964, e a proclamação da independência da Zâmbia, Malawi e a declaração unilateral da independência pela Frente Rodesiana no atual Zimbabwe em 1965.

Aos fatos acima descritos acrescenta-se o fato de a Nova República criada depois da dissolução da União, ter sido expulsa de Commonwealth, sendo que ao nível da região o único aliado com que podiam contar era o regime colonial fascista português instalado em Moçambique. Do ponto de vista econômico, a nova república instituída em 1961, na África do Sul, decide substituir a libra esterlina até então vigente por uma nova moeda, o *rand*, que nos primeiros anos da sua vigência não teve um acolhimento favorável no concerto das nações, o que teve como corolário a crescente utilização do ouro nas transações.

Neste contexto, a nova República da África do Sul assinou um novo acordo com as autoridades portuguesas em 1964, que introduziu o pagamento da parte dos salários dos mineiros em ouro, no âmbito do pagamento diferido. Esta medida, de caráter estratégico por parte das autoridades sul-africanas, que estavam a atuar sobre uma das principais fontes de captação das divisas na colônia (a mão de obra), e que conseqüentemente iria estabilizar a economia colonial, conferiu vantagens às autoridades portuguesas num período em que o comércio de ouro estava em alta no mercado internacional, o que lhes permitiu a estabilidade da sua economia. Outrossim, esta cláusula permitiu uma maior entrada de divisas no território colonial, e a

prosperidade comercial no sul das colônias, devido ao aumento significativo de salários dos trabalhadores migrantes na década de 1960.

Conclusão

Ao longo do artigo foram descritas as principais fases da migração laboral de moçambicanos para a África do Sul, desde cerca de 1850 até 1975, altura em que o país se tornou independente de Portugal e subiu ao poder um novo governo de orientação socialista, que no princípio optou em eliminar esta prática, por considerá-la uma forma de exploração do homem, e contra os princípios revolucionários que nortearam a luta de libertação nacional. Mais tarde a conjuntura econômica e social viria a mostrar a importância da continuação da exportação da mão de obra para as minas da África do Sul. A migração laboral de moçambicanos para África do Sul foi um processo evolutivo, que começou pela exploração de oportunidades existentes na região do Natal, onde os moçambicanos iam trabalhar nas grandes plantações de cana-de-açúcar, e mais tarde nas obras de construções de linhas férreas na região do cabo, e finalmente, com a descoberta de diamantes em Kimberley em 1866, e mais tarde de ouro em Witwatersrand em 1886, passaram a procurar emprego nestes locais em detrimento das grandes plantações para onde inicialmente se destinavam.

O trabalho mostrou que a migração laboral de moçambicanos para a África do sul teve sempre um fundamento econômico, visando a busca de melhores salários e condições de sobrevivência, e que durante muito tempo foi uma atividade realizada exclusivamente por homens. Isto permitiu a criação de um sistema patriarcal, tendo a cabeça os homens como elementos dominantes, em parte, devido a sua condição econômica favorável, mercê dos salários obtidos nas plantações e minas da África do sul. Outro elemento que merece destaque, é o fato de as migrações laborais terem contribuído para a reprodução das relações de poder, tanto na fase pré-colonial, assim como na fase colonial, pelo fato das autoridades políticas cobrarem impostos aos emigrantes para a sustentabilidade econômica das suas unidades políticas.

No período anterior a conquista do estado de Gaza pelos portugueses, os homens que emigravam deviam trazer para além de valores monetários para o pagamento dos vários tributos, armas de fogo, que eram utilizadas para a caça aos elefantes como forma de alimentar o próspero comércio de marfim das classes dominantes, e no período colonial, houve a continuação da tributação dos emigrantes e o estabelecimento de leis visando garantir a rentabilidade econômica do trabalho migratório para as autoridades coloniais. O estudo conclui mostrando que a emigração laboral, para a África do Sul, foi uma das primeiras formas de integração regional que existiu na África austral. Mostra de que forma a mão de obra moçambicana contribuiu para a

construção do capitalismo na África do Sul, num contexto de desenvolvimento de relações de dominação deste país e da subordinação de Moçambique ao mesmo, o que atualmente justifica as grandes assimetrias existentes entre os dois estados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COVANE, Luís. **As relações económicas entre Moçambique e África do Sul (1850 - 1964)**. Acordos e regulamentos principais. Maputo: A.H.M, 1989.

_____. **O trabalho migratório e a agricultura no sul de Moçambique (1920 -1992)**. Maputo: Promédia, 2001.

DELINS, Peter. **Migration Policy in South Africa**. DGAP Report. September 2021.

FIRST, Ruth et al. **Black Gold. The Mozambican miner, proletarian and peasant**. New York: Harvester Press, 1983.

_____. **O mineiro Moçambicano, um estudo sobre a exportação da mão de obra de Inhambane**. Maputo: CEA/UEM, 1977.

HARRIES, Patrick. **Work, culture and identity migrant laborers in Mozambique and South Africa 1860-1910**. Witwatersrand: Witwatersrand University Press, 1994.

KANYENZE, G. **African migrant labour situation in Sothern Africa**. Ledriz, Nairob, 2004.

MACHAVA, Adérito Júlio. **Migrações transfronteiriças e transformações sociais em Matutuine, 1970s-2000**. Maputo: UEM, 2003.

MUANAMOHA, Ramos Cardoso. **The Dinamics of indocumented mozambican labour migration to South África**, Durban: UKZN, 2008.

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Lisboa: Publicações Europa-America, 1995.

VLETTER, Fion de. **Migration and development in Mozambique: poverty, inequality and survival: in development southern Africa**, vol. 24, nº 1. Mar. 2007.

ZAMPARONI, Valdemir. **De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique**. 2.ed. Salvador: EDUFBA/CEAO, 2012.

Recebido em: 05/12/2021

Aprovado em: 12/03/2022